

Acordo sai e Constituinte vota hoje a questão da propriedade



Nélio Rodrigues

Após a sessão, Sant'Anna (C) e Cardoso Alves (D) conversaram sobre estratégia para votação hoje

Ulysses tenta conter evasão de deputados

Na tentativa de conter o movimento de constituintes que pretendem deixar o PMDB, a curto prazo, o presidente do Partido e Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, recebe hoje para um almoço, no Palácio do Planalto, os deputados Cristina Tavares (PE) e Otávio Elisio (MG), que integram o grupo de articulação de um novo partido de esquerda.

Além do antigo interesse em preservar o PMDB como uma frente política, Ulysses tem agora mais uma forte razão adicional para evitar a evasão da ala progressista do partido: o crescimento da possibilidade de eleição presidencial ainda este ano, pleito que ele pretende disputar como candidato do PMDB.

Uma debandada maciça da esquerda peemedebista teria pelo menos dois efeitos negativos: daria um caráter conservador à sua candidatura e, ao mesmo tempo, a exporia à contestação de lideranças regionais expressivas, dispostas a formar o novo partido e credenciadas por anos de militância peemedebista.

Discisão

Provocada pelos repórteres, Cristina Tavares deixou claro que o encontro com Ulysses não abalará sua determinação de deixar o PMDB até o final do mês. Mas, apesar dessa disposição pessoal, ela procurou demonstrar que o momento aconselha uma atitude de maior cautela e discisão na dissidência peemedebista.

Otávio Elisio também não quis aprofundar comentários sobre o movimento, observando apenas que, para o seu êxito, é preferível evitar que ele seja caracterizado como algo restrito aos "progressistas". Sem essa conotação, acredita Otávio Elisio, parlamentares de outras tendências do PMDB poderão participar do racha partidário, especialmente em Minas Gerais.

O que a cautela de Cristina e Elisio parece refletir é o temor de recuos entre parlamentares envolvidos nas articulações para a formação do novo partido. No início do mês, Cristina chegou a estimular em mais de 20 o número de deputados que deixariam o PMDB a curto prazo. Mas, ontem ela esquivou-se de confirmar essa estimativa, comentando que é contraproducente insistir em especulações dessa natureza.

Ubiratan se nega a mostrar documento

O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), negou-se ontem a mostrar o documento que será entregue amanhã ao presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, no qual expõe a tese de retomada da unidade na legenda peemedebista provocando um "racha" no Centrão. O parlamentar cearense foi o signatário do projeto de resolução que modificou o regimento interno da Constituinte a favor do Centrão e se diz líder de um movimento que quer resgatar as propostas históricas do PMDB.

O deputado também não quis revelar o nome de todos os dissidentes do Centrão, constituintes do PMDB, que acatam a tese de unir o partido. Citou apenas três: Expedito Machado (PMDB-CE), Luiz Soyer (PMDB-GO) e Marcos Lima (PMDB-MG).

Mentiroso

O "racha" no Centrão, aliás, pôde ser sentido na sessão de ontem da Constituinte, quando vários integrantes do Centrão não atenderam ao apelo de um de seus líderes, o deputado José Lourenço (PFL-BA), para retirarem-se do plenário e não dessem quorum.

Centrão abandona o plenário mais uma vez e não dá quorum

O Centrão se retirou novamente do plenário da Constituinte ontem para não dar quorum de votação à emenda do senador Mário Covas (PMDB-SP), que pretendia apreciar em separado o parágrafo do substitutivo do grupo que trata do direito de propriedade. Sem quorum — 280 constituintes — para a aprovação ou rejeição de qualquer matéria constitucional a votação foi adiada para hoje, às 13h30.

O deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), um dos integrantes do Centrão, alegou que seu grupo não deu quorum em função de um possível acordo. Entretanto, muitos parlamentares centristas ainda não tinham chegado a Brasília, como ficou evidenciado quando o presidente em exercício da Constituinte senador Mauro Benevides (PMDB-CE), atendeu a um pedido de verificação de quorum do deputado José Genoíno (PT-SP). O resultado foi 323 constituintes no Congresso, mas quando seu deu a votação ficaram no plenário apenas 250 — 196 rejeitaram o dispositivo do Centrão, 22 disseram sim e 32 se abstiveram.

O Centrão tentou obstruir a sessão com diversas questões de ordem para contestar a decisão da Mesa de que, não havendo quorum, a votação se repetiria na sessão seguinte. Os centristas queriam

que, não havendo o número regimental para a votação, fosse aberto o prazo para que uma nova emenda fosse redigida para o lugar de seu dispositivo rejeitado.

Contradição

O medo do Centrão era de que, se houvesse 280 constituintes em plenário seu dispositivo seria rejeitado, já que os progressistas liderados pelo senador Mário Covas diriam não — como de fato aconteceu — e bastariam uns poucos votos para se completar o quorum de maioria absoluta. Nesse tipo de destaque, os centristas é que teriam de garantir os 280 votos para aprovar o seu texto referente ao direito de propriedade. Como não tinham esse número e o senador Mauro Benevides manteve a interpretação do regimento, eles optaram por se retirarem do plenário.

Apesar da orientação da liderança do grupo, muitos centristas permaneceram no plenário, para desespero do deputado José Lourenço, líder do PFL, que tentou pressioná-los. Pelo menos 40 parlamentares desobedeceram e não atenderam o apelo. Ao final da votação, os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Basílio Vilani (PMDB-PR) garantiram que o Centrão terá 290 de seus membros hoje em plenário para votar, com ou sem acordo.

Paralisação não é novidade

Luís Eduardo Costa

A falta de quorum e o consequente atraso dos prazos na Constituinte não são novidades. Desde o início dos trabalhos já se vislumbrava que a Assembleia seria lenta na feitura da nova Carta. Começou com o Regimento Interno, que levou quase dois meses para ser aprovado, a partir de 1º de fevereiro do ano passado.

A fase de adiamentos de prazos viria mais tarde, com a preparação dos primeiros substitutivos do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a partir de julho. Até o início dos trabalhos da Comissão de Sistematização foram mais de dois meses. Nessa Comissão os trabalhos também demoraram muito tempo devido a mais de 8 mil emendas que foram apreciadas em mais de dois meses de seu funcionamento — começou em 24 de setembro e terminou em 30 de novembro.

Mas o grande atraso da Constituinte viria com a iniciativa do Centrão de alterar o Regimento Interno da Constituinte. As discussões e sessões para que houvesse essa mudança duraram quase dois meses e assim o Plenário da Assembleia, que estava marcado para funcionar em novembro, só começou a atuar mesmo no dia 27 de janeiro.

Righi teme por família

O líder do PTB na Câmara, deputado Gasthone Righi, prometeu ontem, numa roda de jornalistas, «enfrentar de metralhadora» os responsáveis pela distribuição de sua foto num cartaz que o denuncia como traidor do povo por ter subscrito as emendas coletivas do Centrão, caso qualquer dos seus familiares venha a sofrer danos em função da acusação.

Visivelmente transtornado, o líder petebista advertiu o presidente e líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, em plenário, sobre sua

reação contra os responsáveis pela iniciativa, dirigindo palavras ofensivas aos dirigentes da CUT.

A irritação do deputado Gasthone Righi era tamanha que ele continuou os protestos numa roda de jornalistas que indagaram sobre o assunto, explicando ser inadmissível aceitar a distribuição dos cartazes, com sua foto, nome e telefone. «Se acontecer alguma coisa contra minha mulher ou filhos, vou enfrentá-los de metralhadora. Se quiserem que venham falar comigo, mas não está certo fazer isso de distribuir cartaz».

O plenário da Constituinte vota hoje à tarde proposta que vai definir o conceito de propriedade no novo texto constitucional. O acordo para a apreciação da matéria, que estava obstruindo



os trabalhos da Casa desde quinta-feira passada, foi feito durante uma reunião no Palácio do Planalto, no início da noite de ontem, entre o Centrão, Grupo dos 32 e o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), sob a coordenação do presidente da República interino e presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

A principal alteração feita no texto de consenso apresentado pelo Grupo dos 32 foi a troca da expressão "subordinado ao bem-estar social" por "sem prejuízo do bem-estar social".

No restante, o dispositivo prevê que as desapropriações serão feitas através do pagamento justo e prévio de indenização em dinheiro, salvo nos casos de reforma agrária e da reforma urbana, quando se tratar do terreno urbano. Nestas hipóteses, a indenização deverá ser paga em títulos da dívida agrária.

Redação

Segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE), do Grupo dos 32, e um dos autores da proposta, na prática a alteração feita ao texto não significa nenhuma mudança substancial no dispositivo e se refere mais a uma questão de redação da proposição. A emenda foi apresentada pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

O texto a ser levado ao plenário da Constituinte é o seguinte: "É garantido o direito de propriedade, sem prejuízo do bem-estar social. A lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação pelos poderes públicos nos casos de necessidade, utilidade pública ou interesse social mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

Sobre a questão da estabilidade no emprego, item que será apreciado também no Capítulo I do Título II, ficou acertado entre os grupos que participaram da reunião com o Presidente da República em exercício, que o assunto começa a ser discutido amanhã, no gabinete de Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados. O impasse entre o Centrão e as esquerdas em relação à estabilidade se refere à disposição dos "centristas" de aprovarem a indenização progressiva no lugar da garantia no emprego.

Para Reale, estabilidade é uma ameaça

O jurista Miguel Reale Júnior não tem dúvidas: a estabilidade, tal como quis a Comissão de Sistematização da Constituinte, "é desfavorável ao trabalhador e à empresa". "A perenidade", acrescenta, contraria a natureza da própria vida que é contingência.

Na prática, conforme Reale, a estabilidade é contra o trabalhador, pois amedronta a empresa, desestimula o renascimento econômico, e conduzirá a dispensas desnecessárias para burlar a garantia de emprego". Nem por isso o jurista defende a manutenção "do regime inseguro da livre dispensa com fundo de garantia". Para ele, a solução que a Constituinte deveria levar em conta repousa na observância da Recomendação 166 da Organização Internacional do Trabalho. Esta aconselha que a falta do empregado ou seu desempenho insatisfatório, "deveriam levar ao término da relação de trabalho, após advertência por escrito ou defesa do empregado, assistido pelo sindicato, recorrendo-se a conselheiros que viabilizassem a conciliação". A dispensa, assim, "deveria ser motivada por escrito, ensejando pedido de reconsideração, em tentativa de recuperar a confiança com o ato praticado".

"Por ser inviável, danosa e de custo insuportável para as empresas"; "porque provocará demissões e deprimirá o mercado interno", a proposta de pagamento em dobro das horas extras vista com ceticismo por vários setores da opinião pública.

Para Roberto Della Manna, diretor do Departamento Sindical da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, "a emenda trará prejuízos para o empresário e para o trabalhador, pois os custos serão repassados para ele mesmo, quando consumidor". "Ao contrário do que se pensa", prossegue Della Manna, "as empresas não ampliarão seus quadros de funcionários nem criarão novas turmas de trabalho, preferindo encolher, pois não há produção que justifique isto".

A mesma opinião é sustentada por Alencar Rossi, superintendente de relações trabalhistas da Febraban, que prevê um efeito "bumerangue" que irá prejudicar o trabalhador.